

ANTROPOLOGIA E A GERAÇÃO “NOMO”: TRANSFORMAÇÕES DA IDENTIDADE DE GÊNERO LIGADA À MATERNIDADE NO BRASIL¹

Arantxa Carla da Silva Santos (UFPA/Brasil)

FEMINISMO – PAPEL DE GÊNERO – DIREITO REPRODUTIVO

INTRODUÇÃO

Desde as épocas mais remotas, se acreditava que gerar vida era parte da natureza da mulher, tornando a maternidade intrinsecamente ligada à identidade feminina (Souza e Ferreira 2005). E por bastante tempo, as mulheres se identificavam com os ideais de feminilidade construídos por homens (Moraes e Féres-Carneiro 2022), mas nos últimos anos, mudanças significativas puderam ser observadas em múltiplos campos da sociedade contemporânea, provocando alterações na vivência pessoal e social dos indivíduos (Barbosa e Rocha-Coutinho 2012), mudando valores, práticas e papéis sociais desempenhados pelas pessoas (Barbosa e Rocha-Coutinho 2007).

Essas modificações impactaram de modo significativo a vida familiar, a noção social de feminilidade, as formas de conjugalidade, entendida aqui como “quando dois indivíduos se comprometem com uma relação estável e duradoura” (Pires 2008:10), e a própria visão de maternidade (Giddens 2002, Petrini 2005).

A partir disso, a mudança de maior importância e alvo de análise deste trabalho, se refere à relação da mulher com a maternidade, em ocasião da tendência cada vez maior do adiamento, ou ainda da recusa em ter filhos (Barbosa e Rocha-Coutinho 2012). Essa temática merece ser estudada pois a maternidade, seja desejada ou recusada, é um ponto central nas definições culturais e históricas do ser feminino, resultando no papel que se espera das mulheres na sociedade (Martins 2005).

No Brasil, é possível demarcar a relação da figura materna idealizada no período colonial, onde as práticas culturais e representações simbólicas da maternidade objetivavam “domesticar” a vida das mulheres através do seu papel de mãe, mantendo-as confinadas ao lar nessa vivência materna (Del Priore 2009 grifo meu), considerada até então “a máxima expressão de felicidade feminina” (Souza 2018:16).

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

A devoção e o sacrifício feminino voltados para os filhos e para a família se apresenta no discurso social como valores essenciais e inerentes à natureza feminina, ocasionando a noção de que o comportamento, por parte das mulheres, de não ter ou não querer filhos seria um desvio desse “comportamento natural” (Barbosa e Rocha-Coutinho 2012 grifo meu). Como afirma Elisabeth Badinter, existia “a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho” (1985:103).

Desse modo, as mulheres que eram mães tinham reconhecimento perante a sociedade, enquanto que aquelas que não eram, recebiam definições negativas (Daniluk 1999). Inclusive, quando as mulheres, após o casamento demoravam a engravidar, eram vistas como vítimas de um destino biológico cruel que as impedia de ter filhos (Barbosa e Rocha-Coutinho 2007), logo, tornando-as tristes e incompletas por não vivenciarem a fonte máxima de realização feminina, a maternidade (Trindade e Enumo 2002).

Entretanto, ao final da década de 1960 e início da década de 1970, ocorreram marcos essenciais nas modificações dos papéis femininos e masculinos na sociedade brasileira (Goldenberg 2001), em um contexto social no qual amadureceram as ideias e o debate feminista sobre a maternidade (Scavone 2001a). Especialmente por efeito dos contraceptivos e das políticas públicas voltadas ao controle da natalidade e planejamento familiar, provocando a queda das taxas de fecundidade não somente no Brasil, mas em todo o mundo (Cunha et al. 2022).

Dessa maneira, o comportamento das mulheres voltado para a maternidade, assim como ao seu espaço e posição na sociedade sofreu modificações, mesmo que não totalmente (Barbosa e Rocha-Coutinho 2012), incentivando a construção de narrativas paralelas ao discurso dominante, de que a maternidade seria necessária à existência feminina (Souza 2018).

Ao analisar os efeitos desse processo de mudanças pelo qual a sociedade vêm passando, é possível compreender como as pessoas, especialmente as mulheres, se comportam perante a maternidade, uma das bases da identidade feminina por tantos séculos (Moura e Araújo 2004). Por isso, a proposta da pesquisa em questão reside no papel social de gênero que identifica a maternidade como inerente à existência da mulher, que persiste até os dias atuais, problematizando a noção de que a mesma seria necessária a todas as mulheres (Souza 2018).

Considerando as questões apresentadas acima, este artigo tem como objetivo analisar a evolução do comportamento das mulheres referente à maternidade, abrangendo “as práticas, disputas, valores e construções culturais, sociais e políticas” (Souza 2018:1)– , especificamente no contexto do Brasil, e refletir sobre como o papel social de gênero sofreu alterações e incentivou novas concepções da identidade feminina, ressaltando ainda o papel do movimento feminista nessa problemática.

REFERENCIAL TEÓRICO

A maternidade e o amor materno enquanto comportamento naturalizado e instintivo são alguns dos papéis direcionados às mulheres a partir da modernidade (Badinter 1985). Além disso, surgiram várias normas, condutas e imposições ao corpo feminino, que se basearam na ciência para serem legitimadas, sendo que os sistemas de saúde e a própria ciência são construídas a partir das relações de gênero impostas na sociedade (Neves e Lopes 2019).

Certas características e capacidades especificamente femininas – como docilidade, abnegação, ternura, dedicação ao outro – foram, inclusive, demarcadas para assegurar a permanência feminina no espaço fechado do lar, tomando-se como base a inscrição da maternidade no corpo feminino, que supostamente estabeleceria uma relação natural da mãe com a criança (Barbosa e Rocha-Coutinho 2012:578).

Devido a noção da maternidade como interligada à suposta natureza feminina, a mulher se viu durante tempo considerável, presa ao espaço doméstico e em atividades voltadas aos cuidados e à educação dos filhos (Barbosa e Rocha-Coutinho 2012). De acordo com Anthony Giddens, a “invenção da maternidade” faz parte do grupo de influências que impactaram as mulheres a partir do século XVIII (Giddens 1993 grifo do autor), e as afetam até a atualidade, como afirma Renée Dandurand:

As posições das mulheres sobre a maternidade se situam num contínuo entre dois polos: um, no qual, a condição materna é vista como exasperante, exigente ou mesmo destruidora; o outro, na qual ela é apresentada como única, rica e insubstituível (2005:9 tradução minha).

Tal modelo se fortaleceu como uma ideologia que passou a destacar o papel natural da mulher como mãe, responsabilizando-a com todas as tarefas na criação dos filhos, limitando a função social feminina à realização da maternidade (Scavone 2001*b*). Dessa maneira, as mulheres, por motivo da sua condição biológica ligada à reprodução,

tiveram a maternidade caracterizada como seu destino inevitável e até mesmo obrigatório (Moraes e Féres-Carneiro 2022), em uma forma de exercitar poder sobre o corpo feminino (Meyer 2007).

Como ressaltam as Patrícia Barbosa e Maria Rocha-Coutinho, “a definição destas características femininas associadas ao papel de mãe caminhou paralelamente a uma discriminação em massa das mulheres” (2012:578). Em reação também ao mito que recai sobre a mulher e é parte constituinte da cultura da sociedade, da maternidade enquanto “caminho da felicidade” (Kehl et al. 2017 grifo dos autores), em um modelo feminino tradicional ainda existe no discurso social que condena e rotula a mulher (Moraes e Féres-Carneiro 2022).

Desse modo, até os dias atuais as mulheres são socializadas em meio a uma ideologia patriarcal, que reserva aos homens o lugar de poder, do trabalho, da liberdade, e da sexualidade, ao tempo que à mulher cabe a dedicação ao contexto doméstico e menos valorizado do âmbito familiar, caracterizando-a como “segunda categoria social” (Massi 1992 grifo da autora). A cultura patriarcal sustenta princípios ideológicos que ao caracterizarem a maternidade, a torna opressiva às mulheres, baseando-se nas noções de que a maternidade é:

(...) fundamental à identidade feminina; uma tarefa centrada na figura da mãe e restrita à esfera reprodutiva doméstica; natural para as mulheres, de forma a já saberem maternar espontaneamente; idealizada por modelos maternos inatingíveis que reforçam as expectativas das mães sobre si mesmas e as da sociedade sobre as mães (O’Reilly 2013:187).

A escolha no que se refere à maternidade, obtém peso maior em virtude de que as mulheres, desde seus primeiros anos de vida, são ensinadas a perceber-la como um destino inevitável (Souza 2018). Onde o desejo materno não se apresenta através de um processo de reflexão individual da mulher, mas de uma construção sociocultural que direciona a vontade – ou o instinto – de ser mãe como um dos fundamentos da identidade feminina, na chamada “maternidade compulsória” (Souza 2018).

Assim, ao mesmo tempo que há um incentivo à profissionalização da mulher e uma cobrança por parte dos pais e da sociedade para que as meninas estudem e invistam em uma carreira profissional, permanece a expectativa de que um dia elas venham a cumprir seu “principal” papel, o de mãe (Barbosa e Rocha-Coutinho 2007:165 grifo das autoras).

Em razão da pressão social para que as mulheres se tornassem mães, provocou naquelas que não tinham esse desejo pela maternidade um sentimento de inadequação social (Correia 1998). Dificultando, ou até mesmo impedindo, que elas busquem outras oportunidades de vida, como a carreira profissional e modos alternativos da prática da maternidade, com responsabilidades no âmbito do lar compartilhadas com seu companheiro (Rocha-Coutinho 1994).

Destaca-se ainda que as oportunidades de escolha possíveis às mulheres são relativamente recentes, tendo se fortalecido principalmente na segunda metade do século XX, por efeito dos novos padrões de comportamento e consumo resultantes da industrialização e urbanização (Scavone 2001a). Consolidando a escolha pela maternidade enquanto um fenômeno moderno (Scavone 2001b), quando de fato as mulheres começaram a estabelecer diferenças entre o desejo de ser mulher e o desejo de ser mãe (Ireland 1993).

Aliás, é importante citar também a relevância do surgimento e aumento no consumo de novas tecnologias reprodutivas, oferecendo às mulheres a chance de separar a relação sexual da procriação (Barbosa e Rocha-Coutinho 2012), em vista que os métodos modernos e mais eficazes de contracepção colaboraram a desvincular a função reprodutiva biológica do desejo de ter filhos (Massi 1992). Assim, abriu-se espaço para o dilema de ser ou não mãe, por efeito da possibilidade de um controle eficaz e socialmente aceito da fecundidade (Scavone 2001b).

Atualmente, o adiamento da maternidade tornou-se um fato comum entre as mulheres que possuem uma carreira profissional, em virtude da sobreposição entre “os melhores anos na vida da mulher para a construção e consolidação de uma carreira e os melhores anos para que ela tenha filhos” (Barbosa e Rocha-Coutinho 2007:164). Dessa forma, as mulheres passaram a ter maior autonomia sobre seu corpo, (Fidelis e Mosmann 2013), facultando a elas o controle sobre sua reprodução (Goldin e Katz 2002). Como foi o caso da pílula anticoncepcional², que chegou ao Brasil em 1962 (Silva 2017), tornando as mulheres responsáveis pela sua sexualidade, que estando antes voltadas aos desejos dos outros, se voltam agora para o seu desenvolvimento pessoal e crescimento profissional, consolidando práticas sociais transformadoras, e contribuindo para modificar o perfil da prática social da maternidade (Scavone 2001a).

² Aprovada para comercialização em 1960, nos Estados Unidos, e rapidamente se difundindo pelo mundo (Silva 2017).

De acordo com Dagmar Meyer (2007), o estudo da maternidade no campo dos estudos feministas ressalta sua abordagem a partir da concepção de gênero, pela qual ao longo da vida, múltiplas instituições e práticas sociais constituem as pessoas e as constituem enquanto homens ou mulheres. Além do mais, a escolha pela não-maternidade tem relação direta com o contexto histórico, econômico e social do qual a mulher faz parte (Patias e Buaes 2012). Por isso, os significados e valores atribuídos aos corpos sofrem alterações ao longo do tempo e resulta do contexto social (Louro 2007).

É possível atestar que a identidade feminina foi definida pela representação da maternidade, biologicamente fundamentada (Fidelis e Mosmann 2013), se assinalando como a função social da mulher (Arán 2003). Dessa forma, a criação do modelo de feminilidade resulta dessa concepção de que o único lugar social da mulher seria dedicando-se à família e às tarefas domésticas, vista como uma vocação que beneficiaria toda a sociedade (Scavone 2001*b*).

Logo, a expectativa era de que as mulheres fossem possuidoras de virtudes como o recato, a docilidade e a passividade em relação às vontades e demandas dos homens e dos filhos (Kehl 2008), ligada à imagem da “mulher privada” que cuida dos afazeres domésticos e dos filhos (Pratta e dos Santos 2007 grifo dos autores). Esse discursos influenciou mulheres a se identificarem com tais noções, que eram vistas como verdades incontestáveis na construção da identidade feminina (Patias e Buaes 2012).

Nesse sentido, a maternidade permanece sendo declarada como um elemento com muita força cultural da identidade feminina em ocasião da sua ligação com o corpo e a natureza (Scavone 2001*b*). Se caracterizando como sinônimo de doação, e um dos maiores atos altruístas, então não concretizar esse comportamento faria da mulher alvo de pena ou censura (Badinter 2011).

Em virtude disso, abordar a não-maternidade significa desconstruir essa noção de identidade pela qual as mulheres deveriam se adequar (Woodward 2003), e negando-a resultaria em novos significados condizentes com a vivência feminina atual. Com isso, ser ou não ser mãe ganhou um âmbito reflexivo, que “consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e revisadas à luz de novas informações sobre estas próprias práticas, alterando constitutivamente seu caráter” (Giddens 1991:45), caracterizando-se por uma decisão racional, influenciada por questões subjetivas, econômicas e sociais (Scavone 2001*b*).

Nessa conjuntura, passou-se a questionar a função da maternidade, focando em “refutar o determinismo biológico que reservava às mulheres o destino social de mães”

(Scavone 2001a:138). Logo, a recusa à maternidade seria o primeiro passo para subverter a dominação masculina, e oportunizar às mulheres a busca por uma identidade mais ampla, rompendo com a premissa que as define através da maternidade (Scavone 2001a).

Através de movimentos coletivos e lutas políticas, ocorreu uma transformação do lugar da mulher na família e na sociedade, em virtude também de outras transições vivenciadas pelas mulheres, como o desejo pelo crescimento profissional, contribuindo para a construção de uma nova identidade (Moraes e Féres-Carneiro 2022).

A concepção naturalizada de maternidade, que preponderou até o século XX, passou então a ser questionada de maneira mais sistemática pelo movimento feminista, conjuntamente com exigências relacionadas, como a saúde reprodutiva, sexualidade e identidade feminina (Badinter 1985). Sobre isso, o movimento feminista colaborou de modo significativo para o entendimento do fenômeno social da maternidade, introduzindo ainda o conceito de gênero nas Ciências Sociais “para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre os homens e as mulheres” (Scott 2017:13), possibilitando a compreensão da relação da construção social dos papéis de gênero com a maternidade.

A perspectiva de gênero oportunizou versar a maternidade em seus múltiplos aspectos, se apresentando como uma proposta de análise com novos pontos de vista e sob novos conceitos, possibilitando a análise do papel da mulher na sociedade contemporânea, abrangendo as inúmeras possibilidades de interpretação (Scavone 2001a). Em destaque ao fato que hoje a mulher está plenamente inserida no mercado de trabalho, conquistando novos papéis e estando livre para escolher o seu destino (Fidelis e Mosmann 2013).

Assim, os estudos feministas sobre a maternidade se direcionaram para novos rumos, fazendo uso do conceito de gênero, se renovando e acompanhando as mudanças sociais (Scavone 2001b). A teoria feminista é relevante na reflexão sobre essa temática, pois colaborou para a verbalização da tomada de consciência das mulheres no que se refere às implicações sociais e políticas da maternidade (Scavone 2001b).

Em meio a esse debate feminista, surgiu o conceito de “Geração *NoMo*” (do inglês: *Not Mothers*) com o intuito de abranger as mulheres que não se identificam com os valores ligados à relação intrínseca da mulher com a maternidade, se caracterizando como uma mudança de valores e uma transição de pensamento por parte das próprias mulheres. A popularização do termo, se referindo às mulheres que não são mães, por

escolha ou falta de oportunidade (Souza 2019), foi responsabilidade da psicanalista britânica Jody Day³, fundadora da organização *Gateway Women*, “a rede global de amizade, apoio e defesa de mulheres sem filhos” (Gateway Women 2021 tradução minha).

As “Não-Mães” (tradução minha) lutam pelo respeito, em uma sociedade construída sob a noção de que uma mulher deve ter filhos, que se apresenta através da reivindicação por um espaço de liberdade de escolha e respeito às decisões da mulher, dando-a liberdade ainda de escolhê-las sem a necessidade de explicar suas motivações (UFJF 2014). A maternidade passa a ser entendida como uma das opções disponíveis ao desenvolvimento feminino, um fenômeno constituinte dos objetivos individuais que a mulher estabelece para si, surgindo de forma associada com outros projetos pessoais (Baptista 1995).

As exigências das vertentes feministas aos poucos inauguraram espaços de reflexão sobre a imposição social às mulheres para a maternidade (Gradwohl et al. 2014), a percepção feminista considerava a maternidade como eixo central da “opressão das mulheres”, uma vez que delimitava o lugar delas no contexto familiar e na sociedade (Scavone 2001b grifo da autora). Sendo que a decisão pela não-maternidade pode se caracterizar ainda como uma estratégia ou reação por parte das mulheres para a desigualdade e normas sociais de gênero (Mills et al. 2008).

Conseqüentemente, buscou-se separar as ideias de reprodução e sexualidade, refutando a concepção de procriação como dever natural (Vargas e Moás 2010). Dessa forma, recusar de modo consciente a maternidade seria a trajetória necessária para alcançar a liberdade, negando o determinismo biológico, principal justificativa para a desigualdade entre os sexos (Scavone 2001b).

No Brasil, o feminismo se baseava na “construção de um modelo de feminilidade que relativizava a maternidade como ideal exclusivo e constitutivo das mulheres” (Neves e Lopes 2019:4), centralizando a noção da reprodução enquanto fator estruturador de significados, de papéis e funções sociais, e de diferenças (Rubin 1993).

Ademais, a maternidade é tão ligada à percepção de feminilidade que “reorganizar esse novo conceito de subjetividade feminina demanda tempo” (Moraes e Féres-Carneiro 2022:85). Por isso, para os propósitos desse artigo, serão analisadas as últimas

³ Autora do livro “*Living the Life Unexpected: How to Find Hope, Meaning and a Fulfilling Future Without Children*”, sem versão em português.

cinco décadas do contexto da maternidade no Brasil, conforme será melhor explicado a seguir.

METODOLOGIA

De modo a facilitar a realização desta pesquisa, foram consideradas as informações referentes ao contexto do Brasil conforme contabilizadas, elaboradas e disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através das Estatísticas do Registro Civil, onde foram extraídos os números referentes ao registro civil de nascimentos (nascidos vivos), da taxa de fecundidade, ou seja, a média de filhos por cada mulher brasileira, e da idade das mulheres no momento do nascimento dos filhos. Para isso, foram selecionadas e coletadas informações específicas dos anos de 1980, 1990, 2000, 2010 e 2020, com o intuito de visualizar a evolução histórica do comportamento das mulheres no que se refere à maternidade no país ao longo das últimas cinco décadas.

Aliado ainda aos dados sobre a proporção de tempo gasto em trabalho doméstico não remunerado e cuidados, também elaborado pelo IBGE em parceria com a Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS) como informações referentes ao ano de 2019, pelo entendimento de que se trata de um fator preponderante na escolha ou rejeição da maternidade.

Tais dados escolhidos colaboram para a compreensão da redução, do adiamento, e recusa da maternidade no Brasil (Souza 2018), tornando possível analisar as mudanças na visão de reprodução entre as brasileiras no recorte temporal que abrange os últimos 50 anos. A justificativa para a seleção desses dados para a exemplificação da questão, se dá também pela ausência de informações concretas sobre a escolha pela não-maternidade, que apesar de estar em constante crescimento no mundo todo, ainda existe dificuldade de obter dados específicos sobre a questão (Rios e Gomes 2009), com lacunas nas estatísticas sobretudo no contexto brasileiro.

Ademais, foi realizada a pesquisa bibliográfica de livros e artigos acadêmicos sobre os temas e conceitos essenciais para a elaboração deste trabalho, envolvendo principalmente a questão de gênero e a maternidade, além dos referenciais teóricos ligados ao Feminismo e à Antropologia, e ainda de pesquisas publicadas sobre essas temáticas no contexto brasileiro, caracterizando-se como base para a análise dos dados obtidos através do IBGE, conforme será efetuado abaixo.

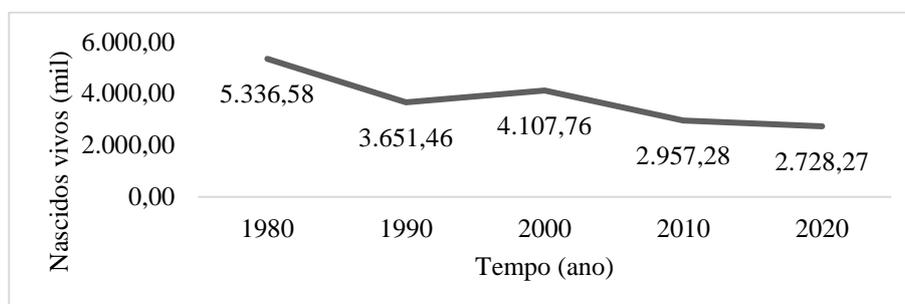
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O gênero é um símbolo construído historicamente, culturalmente e politicamente resultante das relações de poder e dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino, colaborando para a apreensão da maternidade no âmbito cada vez mais intrincado das sociedades contemporâneas (Scavone 2001a). Antes, a mulher era vista como voltada para o outro, para agradar as necessidades e expectativas dos outros quanto a sua feminilidade, mas com o aumento da liberdade para escolher, a mulher contemporânea passou a poder focar em si e a delinear sua vida de maneira individual (Fidelis e Mosmann 2013).

Desse modo, as alterações que vêm ocorrendo nos padrões de maternidade nos últimos 50 anos podem ser analisadas a partir da sua ligação com os vários processos sociais ocorridos no Brasil nesse período (Scavone 2001b). Sendo que, ao interligar o fenômeno à mulher contemporânea é possível notar múltiplas modificações (Moraes e Féres-Carneiro 2022), onde ela passou a ter mais possibilidades ao entender a maternidade como opção e não destino (Rios e Gomes 2009).

A transição de um modelo “tradicional” de maternidade, onde a mulher era atrelada somente ao seu papel de mãe, para um modelo moderno de maternidade onde a mulher ainda é caracterizada como mãe mas com proles reduzidas e planejadas, além de outras possibilidades, ocorreu com a consolidação da sociedade industrial (Scavone 2001b grifo meu). Muitas mulheres brasileiras entraram no modelo moderno de família através da diminuição da maternidade (Scavone 2001a), fato comprovado através do registro de nascimentos (Gráfico 1) exibida pelos dados demográficos do Brasil ao longo das décadas, ocasionando mudanças nos arranjos familiares (Patias e Buaes 2012).

Gráfico 1 - Número de nascidos vivos no Brasil por ano



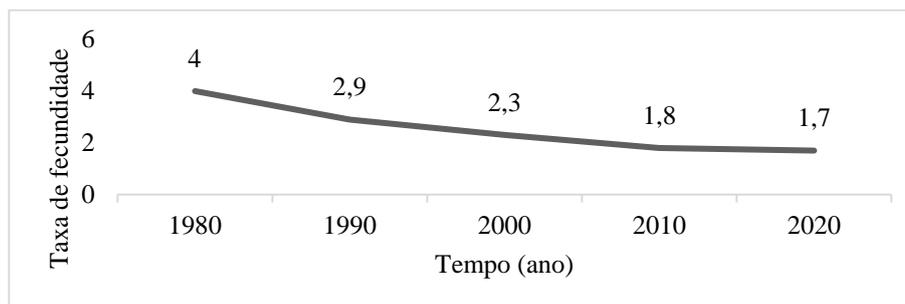
Fonte: Estatísticas do Registro Civil (IBGE 1980, 1990, 2000, 2010, 2020)

Sendo assim, existe uma crescente rejeição aos modelos de comportamento considerados tradicionais, como a maternidade, permitindo que as mulheres notem com mais clareza as suas próprias vontades (Kehl et al. 2017). Apesar de que não se trata somente de incentivar ou questionar a maternidade, mas de entender o comportamento enquanto vontade individual, ao invés de compreendê-la como uma imposição social (Souza 2018). Com isso, o desejo de ter filhos abandona o caráter universal para ser discorrido de maneira singular, levando em consideração cada mulher de forma particular (Moraes e Féres-Carneiro 2022).

Para Zygmunt Bauman (2011), a liquidez das relações modernas contrasta com a maternidade, pois a escolha por ter filhos se caracteriza como um vínculo vitalício, em uma experiência interminável cheia de responsabilidades e renúncias. Tais sacrifícios, obrigações e privações exigidos para ter filhos influenciam na tomada de decisão reprodutiva, em virtude das mudanças na rotina, no lazer e nos projetos futuros (Hoffman 1975), uma vez que “ser mãe é uma história sem fim, e uma experiência perpétua, em que não se têm férias ou interrupções” (Moraes e Féres-Carneiro 2022:84).

Nota-se então uma mudança no padrão de maternidade no país, pois entre 1940 e 1960 as mulheres tinham em média seis filhos (Patias e Buaes 2012), caindo para quatro filhos apenas duas décadas depois e, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (2020), atualmente sendo em média menos de dois filhos por mulher (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Média de filhos por mulher no Brasil por ano



Fonte: Estatísticas do Registro Civil (IBGE 1980, 1990, 2000, 2010, 2020)

Os dados indicam para mudanças significativas nas configurações familiares, cada vez menores (Scavone 2001b), e que estão diretamente relacionadas às novas posições sociais ocupadas pelas mulheres, que vêm ganhando novo status social fazendo com que a opção de não ter filhos se torne uma atitude crescente nas sociedades ocidentais (Patias e Buaes 2012). As brasileiras vêm preferindo um número menor de filhos há

algum tempo, protagonizando uma queda da taxa de fecundidade para menos de dois filhos nos dias atuais, uma média de países como Canadá e Estados Unidos (Fucuta et al. 2016).

Conforme estudos anteriores, as mulheres que se tornam mães na faixa etária jovem, interrompem de modo definitivo a opção pela maternidade cada vez mais jovens e com poucos filhos, e quando as mulheres escolhem ser mães em idade mais avançada, o comportamento se explica pelo fato de que aguardam por estabilidade profissional e independência financeira para concretizar a maternidade (Scavone 2001a). Tal comportamento se confirma pelas Estatísticas do Registro Civil de 2020, que evidenciam o aumento em relação aos anos anteriores, da representatividade dos nascidos vivos registrados cujas mães tinham entre 30 e 39 anos de idade, com relativa redução dos registros de filhos nascidos de mães mais jovens (IBGE 2020).

Os resultados indicam que um número cada vez maior de brasileiras têm lutado contra o “custo da maternidade”, seja postergando ou evitando por completo se tornar mãe (Gustafsson 2001 grifo do autor). Demonstrando ainda um processo de mudança no que se refere à experiência com a maternidade no Brasil, variando ainda de acordo com as condições econômicas de cada mulher (Scavone 2001b), onde a menor taxa de fecundidade (Gráfico 2) é resultante também do aumento no nível de participação feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas (Cunha et al. 2022).

Entretanto, a maternidade ainda é um dilema para as mulheres que desejam a carreira profissional, uma vez que elas são as mais sobrecarregadas com responsabilidades no âmbito do lar (Scavone 2001b). De acordo com dados de 2019 disponibilizados pelo IBGE e pela SEAS, as mulheres dedicam cerca de 12 horas por dia aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, enquanto que os homens dedicam somente cinco horas diárias (IBGE e SEAS 2021), formando-se uma lógica de dupla responsabilidade, do trabalho dentro e fora do lar, através da designação advinda dos estudos feministas de “dupla jornada de trabalho” (Scavone 2001b grifo da autora).

Esta situação acontece mesmo quando elas têm poucos filhos, pois as mulheres expressam o cansaço, a preocupação e as insatisfações da maternidade, contrariando a mística em torno do papel sagrado e “perfeito” de mãe que ainda é disseminado na sociedade (Fucuta et al. 2016 grifo meu), fomentando a visão idealizada de maternidade (Rios e Gomes 2009).

Em detrimento da ocupação em novos espaços no âmbito social, a mulher passou a desempenhar duplos papéis, conciliando as tarefas voltadas também para a esfera

privada (Bruzamarello et al. 2018). Por isso, a divisão sexual do trabalho doméstico se apresenta como um fator determinante a ser considerado para a decisão da maternidade (Mills et al. 2008), uma vez que conciliar a vida no lar com a profissão exige muito das mulheres (Papalia et al. 2006).

No contexto social, ainda não existe uma solução possível para a sobrecarga da conciliação entre trabalho fora de casa e a família, fazendo com que um número cada vez maior de mulheres busquem soluções individuais como diminuir a quantidade de filhos (Gráfico 2), postergar a maternidade, ou ainda optar pela carreira profissional por completo e desistir de outros projetos como se tornar mãe (Barbosa e Rocha-Coutinho 2007). Inclusive pelo fato de que a maternidade tem impactos negativos sobre a carreira profissional, resultando em menores salários e lenta ascensão laboral (Cunha et al. 2022). Como observa Marina Cunha:

(...) o fato de as mulheres tradicionalmente serem as principais responsáveis pelos diversos aspectos envolvidos na parentalidade impôs a elas maiores desafios para o atendimento das demandas exigidas no mercado de trabalho e por seus empregadores (2022:6).

Os avanços da medicina tiveram um papel significativo nessa ampliação do espaço da mulher na sociedade, tendo em vista o adiamento do projeto de filhos, com a possibilidade de focar na carreira profissional (Braga et al. 2018) e no desenvolvimento dos estudos, principalmente em classes sociais mais altas da população (Bruzamarello et al. 2018). Destaca-se ainda que o desejo por filhos pode ter vários significados dependendo do contexto histórico e social em que a mulher está inserida, especialmente aquelas incluídas em classes sociais menos favorecidas, pois possuem pouca informação e escassez no acesso de métodos contraceptivos (Moraes e Féres-Carneiro 2022).

A ativa ocupação da mulher no contexto familiar e na sociedade, além da progressiva entrada no mercado de trabalho derivou da inclusão da mulher no espaço público, fazendo com que ela almejasse o desenvolvimento da carreira, o poder e o prestígio alcançados através do trabalho (Moraes e Féres-Carneiro 2022). Por isso, é preciso ponderar sobre como a inserção das mulheres no mercado de trabalho influenciou a instituição familiar e, por conseguinte, a experiência da maternidade (Scavone 2001b), provocando uma transformação na identidade feminina (Moraes e Féres-Carneiro 2022).

A relação da mulher com a maternidade na atualidade possibilita novos significados baseados nas múltiplas experiências femininas, tornando ainda mais transitória a noção de identidade de gênero (Patias e Buaes 2012). Ressaltando que “a recusa ou aceitação da maternidade pode acontecer, ao mesmo tempo, em espaços e posições sociais diferenciadas” (Scavone 2001a:151).

A maternidade pode não representar um projeto pertinente para certas mulheres, que contrariam a expectativa social e escolhem não se tornar mães (Bonini-Vieira 1997), e essa renúncia se transforma em dedicação à carreira profissional e maior inserção social (Cunha e Vasconcelos 2016). De acordo com Lucila Scavone, as razões para a escolha da maternidade podem estar associados a variados fatores que de forma isolada ou juntos:

(...) se explicariam no ponto de interseção do biológico, do subjetivo e do social: o desejo atávico pela reprodução da espécie, ou pela continuidade da própria existência; a busca de um sentido para a vida; a necessidade de uma valorização e de um reconhecimento social (...); o amor pelas crianças; a reprodução tradicional do modelo da família de origem, entre outros (2001b:8).

Todavia, a decisão não se concretiza sem conflitos e está ligada à disponibilidade interna para a maternidade e ao nível de favorecimento possibilitado pelas condições externas (Abranches 1990). E mesmo em situações onde a mulher tem a liberdade de escolha, ainda é possível identificar uma ambivalência na sua decisão, com autocobrança e dúvidas quanto à maternidade, como foi verificado em pesquisas anteriores (Patias e Buaes 2012, Moraes e Féres-Carneiro 2022). Se configurando ainda como um desafio emocional por efeito da pressão da sociedade, que ainda percebe com estranheza o fato de uma mulher não desejar ser mãe (Fidelis e Mosmann 2013).

É relevante considerar o fato que muitas mulheres optam pela maternidade, mesmo sem o desejo de se tornarem mães, pois ainda se sentem impossibilitadas de questionar essa determinação social (Fidelis e Mosmann 2013), em virtude da visão por parte da sociedade de que de não querer vivenciar a maternidade é percebida “como uma anormalidade, (...), sendo vista como patologia, falta de saúde, egoísmo, falta de dever físico para repor a população” (Fidelis e Mosmann 2013:124).

Em algumas análises, a maternidade é vista como um impeditivo ao projeto de vida estabelecido por algumas mulheres, não tendo espaço entre os seus objetivos (Bonini-Vieira 1997), onde “a decisão por não ter filhos é complexa e multifacetada, e

que envolve motivos mais ou menos racionais, que muitas vezes se entrelaçam” (Rios e Gomes 2009:219).

Apesar da decisão de não ter filhos ser cada vez mais comum, ela abrange questões conscientes e inconscientes, fazendo com que possa ser vivida de maneira confusa e conflitante, considerando a chance de arrependimento (Moraes e Féres-Carneiro 2022). Além disso, muitas das preocupações voltadas para a decisão se baseiam na ideia social de que as mulheres que rejeitam a maternidade são egoístas, indo contra o ideal da identidade feminina (Badinter 2011). Como notam Jaqueline Moraes e Terezinha Féres-Carneiro:

A presença de sentimentos contraditórios e ambíguos faz parte de um complexo interjogo entre ameaças de arrependimento futuro e a ausência de desejo em relação à maternidade. Como um processo lento e não inteiramente consciente, a decisão por não ter filhos causa sentimentos e dúvidas por envolver um elemento tão central da identidade feminina (2022:85).

A maternidade como escolha foi uma conquista da época atual, mas muitas mulheres não conseguem manter a decisão por uma vida sem filhos (Badinter 2011). Com isso, as não-mães ainda são minoria no Brasil, sendo comum compartilharem situações de preconceito pela sua decisão por não ter filhos (Souza 2018). Mesmo no contexto atual de mudanças de valores, crenças e conceitos de família, a mulher ainda é alvo de pressão para procriar, se expondo à críticas por parte de pessoas próximas e da sociedade como um todo, quando escolhem não ter filhos (Kehl et al. 2017).

Mas essa ideologia que apresenta como destino prioritário da mulher o seu papel ligado aos cuidados do lar e dos filhos se refere a uma construção social, legitimada por discursos científicos, filosóficos, políticos e religiosos (Barbosa e Rocha-Coutinho 2007), pode ser facilmente questionada e modificada (Bonini-Vieira 1997). Onde se faz necessário que a maternidade seja vislumbrada como uma entre as múltiplas opções oferecidas para a vida da mulher (Mansur 2003).

Portanto, os pontos expostos instigam a reflexão sobre a construção da identidade feminina ao longo da história, que por tempo considerável foi incentivada a abdicar de si mesma em prol do outro, vivendo uma carência de direitos e em condições de submissão (Moraes e Féres-Carneiro 2022). Considerando ainda que, no novo cenário contemporâneo, declarar que todas as mulheres desejam a maternidade seria um equívoco, uma vez que o modelo que interligou a feminilidade à maternidade não é mais eficaz na definição da identidade feminina (Moraes e Féres-Carneiro 2022).

Justamente devido o número crescente de mulheres que fazem tal escolha, a temática está cada vez em maior evidência em vários campos de conhecimento, tornando a concepção social de “mulher-mãe” objeto de problematização, abrangendo diferentes perspectivas sobre o papel da mulher e da maternidade na sociedade (Letherby 2002 grifo meu), mas por ser um fenômeno recente, ainda é pouco estudado (Rios e Gomes 2009).

No que se refere à Antropologia, essa temática se mostra atual uma vez que muitas antropólogas realizam pesquisas a partir das suas trajetórias políticas e pessoais, e não obstante, desde suas trajetórias reprodutivas, sejam essas vivências positivas ou negativas, ou ainda agravantes aos direitos sexuais ou reprodutivos (Neves e Lopes 2019). Nesse sentido, analisar a temática da maternidade a partir de uma visão antropológica, possibilita refletir sobre o mito do amor materno, maternidades contemporâneas, novos feminismos, relações de gênero, concepção de mulher, políticas dos corpos, entre outros temas (Neves e Lopes 2019).

Essa mudança significativa de comportamento da mulher brasileira afeta também o seu papel social de gênero ligado à maternidade, fomentando a atuação de uma Antropologia de Gênero, ou ainda de uma Antropologia Reprodutiva, para analisar essas novas práticas sociais, assim como o avanço dos movimentos feministas e da ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, se apresentando como uma oportunidade para a elaboração de novos conceitos que incluam essas mudanças de comportamento e demandas recentes por parte das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre as mudanças de comportamento e dos discursos sociais relacionados ao papel de gênero das mulheres no Brasil, onde a noção de identidade feminina fortemente ligada à maternidade e inerente à vivência da mulher, vem sendo cada vez mais questionada. É pertinente considerar que a mentalidade brasileira ligada ao modelo feminino indivisível de “mulher-mãe” sofreu modificações ao longo das últimas cinco décadas, e com isso, apreende-se que a mulher está agora desatrelada do seu papel reprodutivo e sua identidade não se resume apenas à maternidade enquanto seu destino natural.

Além disso, um número crescente de mulheres vislumbra outras experiências gratificantes que a vida pode oportunizar além da maternidade, como o foco na carreira profissional, fazendo com que muitas delas inclusive reflitam e questionem se ser mãe

realmente é algo que desejam. Somando-se ainda aos motivos econômicos, sociais e psicológicos, que levam as mulheres a adiarem ou até mesmo negarem a maternidade, e dos valores ideológicos e políticos que reforçam o ideal dessa realização causando sentimentos conflitivos e de sujeição à imposição da sociedade, confirmando-se a relevância do seu significado social, que ainda influencia na identidade feminina e no papel de gênero da mulher.

Para analisar a questão foram utilizadas as informações das Estatísticas do Registro Civil das últimas cinco décadas, onde foi possível verificar uma mudança no comportamento das mulheres brasileiras no que se refere à maternidade, através da redução no número de nascimentos, diminuição na taxa de fecundidade e idade mais avançada das mulheres ao se tornarem mães, aos poucos modificando a construção social da mulher totalmente dedicada a uma quantidade numerosa de filhos.

Ademais, os estudos anteriores sobre essa temática apresentaram pontos de bastante relevância no contexto brasileiro atual, no qual os direitos reprodutivos da mulher ainda são alvo de debate e pressão social, onde a nova identidade feminina possui novas características que ressaltam os novos desejos da brasileira, que vão muito além da maternidade, abrangendo principalmente a carreira profissional.

Entretanto, muito ainda precisa mudar para que a mulher possa rejeitar as representações culturais do seu gênero, sem ser alvo das pressões sociais, oportunizando a ela o direito de escolher, se tornar ou não mãe, fator que ressalta a possível contribuição não somente do Feminismo como também da Antropologia, na elaboração de estudos científicos sobre a maternidade e os direitos reprodutivos da mulher. Especialmente no que se refere à quantificação, no âmbito do IBGE, das mulheres que não têm e não desejam ter filhos no Brasil, de maneira a incentivar novas percepções e destacar a demanda por uma atuação governamental significativa na temática.

Dessa maneira, apreender as motivações para a não-maternidade, oportuniza a compreensão da identidade de gênero sob a perspectiva feminina, possibilitando novas construções sociais, ressaltando ainda que a análise da questão no contexto brasileiro contribuirá para elaboração e aplicação de novas políticas de gênero voltadas principalmente para os direitos reprodutivos. Enfatizando a necessidade de acompanhar as constantes mudanças sociais, que transformam os papéis de gênero, modificam os arranjos familiares e rompem com os modelos antigos de feminilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abranches, M.R.J. 1990. *Maternidade: Sim ou Não? Por quê?*. Fundação Getúlio Vargas, 190p.
- Arán, M. 2003. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Revista Estudos Feministas* 11: 399–422.
- Badinter, E. 1985. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. In: Dutra, W. (Org.) Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 268p.
- Badinter, E. 2011. *O conflito: a mulher e a mãe*. 2º ed Record, Rio de Janeiro, 224p.
- Baptista, S.M.S. 1995. *Maternidade e profissão: oportunidades de desenvolvimento*. Casa do Psicólogo, São Paulo, 196p.
- Barbosa, P.Z.; Rocha-Coutinho, M.L. 2007. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica* 19: 163–185.
- Barbosa, P.Z.; Rocha-Coutinho, M.L. 2012. Ser mulher hoje: A visão de mulheres que não desejam ter filhos. *Psicologia e Sociedade* 24: 577–587.
- Bauman, Z. 2011. *Modernidade Líquida*. In: Dentzien, P. (Org.) Zahar, Rio de Janeiro, 280p.
- Bonini-Vieira, A. 1997. *Definidas pela negação, construídas na afirmação: a perspectiva de mulheres não mães sobre a maternidade e seu projeto de vida*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Braga, R.C.; Miranda, L.H. de A.; Correio, J. de P.C.V. 2018. PARA ALÉM DA MATERNIDADE: AS CONFIGURAÇÕES DO DESEJO NA MULHER CONTEMPORÂNEA. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas* 3: 523–540.
- Bruzamarello, D.; Patias, N.D.; Cenci, C.M.B. 2018. ASCENSÃO PROFISSIONAL FEMININA, GESTAÇÃO TARDIA E CONJUGALIDADE. *Psicologia em Estudo* 24: 1–15.
- Correia, M. 1998. Sobre a maternidade. *Análise Psicológica* 3: 365–371.
- Cunha, M.S.; Vasconcelos, M.R. 2016. Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia* 26: 179–206.
- Cunha, M.S. da; Rosa, A.M.P.; Vasconcelos, M.R. 2022. Evidências e fatores associados ao fenômeno de adiamento da maternidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População* 39: 1–24.
- Dandurand, R.B. 2005. Femmes et familles : sous le signe du paradoxe. *Recherches féministes* 7: 1–21.
- Daniluk, J.C. 1999. When Biology isn' Destiny: Implications for the Sexuality of Childless Women. *Canadian Journal of Counselling*. 33: 79–94.
- Fidelis, D.Q.; Mosmann, C.P. 2013. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. *Aletheia* 42: 122–135.
- Fucuta, B.; Malouf, D.; Moreira, K.; Capacla, M.; Lobo, I.; Silva, R. 2016. *A NOVA mãe brasileira*. São Paulo, 1–18p.
- Gateway Women. 2021. *HOME*. (<https://gateway-women.com/>). Accessed on 14 jul. 2022.
- Giddens, A. 1991. *As Consequências da Modernidade*. In: Raul Fiker (Org.) 5º ed UNESP, São Paulo, 156p.
- Giddens, A. 1993. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. In: Lopes, M. (Org.) 2º ed UNESP, São Paulo, 228p.
- Giddens, A. 2002. *Modernidade e identidade*. In: Dentzien, P. (Org.) Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 233p.
- Goldenberg, M. 2001. Sobre a invenção do casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* 1: 89–104.

- Goldin, C.; Katz, L.F. 2002. The Power of the Pill: Oral Contraceptives and Women's Career and Marriage Decisions. *Journal of Political Economy* 110: 730–770.
- Gradwohl, S.M.O.; Osis, M.J.D.; Makuch, M.Y. 2014. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. *Pensando Famílias* 18: 55–62.
- Gustafsson, S. 2001. Optimal age at motherhood. Theoretical and empirical considerations on postponement of maternity in Europe. *Journal of Population Economics* 14: 225–247.
- Hoffman, L.W. 1975. The Value of Children to Parents and the Decrease in Family Size. *Proceedings of the American Philosophical Society* 119: 430–438.
- IBGE. 1980. *Estatísticas do Registro Civil*. Vol. 7. Rio de Janeiro, 143p.
- IBGE. 1990. *Estatísticas do Registro Civil*. Vol. 17. Rio de Janeiro, 275p.
- IBGE. 2000. *Estatísticas do Registro Civil*. Vol. 27. Rio de Janeiro, 224p.
- IBGE. 2010. *Estatísticas do Registro Civil*. Vol. 37. Rio de Janeiro, 173p.
- IBGE. 2020. *Estatísticas do Registro Civil*. Vol. 47. Rio de Janeiro, 1–8p.
- IBGE; SEAS. 2021. *Relatório dos Indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Síntese da Produção dos Indicadores Globais por Objetivo. (<https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>). .
- Ireland, M.S. 1993. *Reconceiving women: separating motherhood from female identity*. The Guilford Press, New York; London, 195p.
- Kehl, G.R.; Ferreira, K.; Machado, H.; Bázacas, R.; Gobatto, A.; Sonego, J.C. 2017. FILHOS: NÃO OS TER, TAMBÉM É UMA ESCOLHA. *Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG*: 232–234.
- Kehl, M.R. 2008. *Deslocamentos do Feminino*. 1º ed Boitempo, São Paulo, 232p.
- Letherby, G. 2002. Childless and Bereft?: Stereotypes and Realities in Relation to 'Voluntary' and 'Involuntary' Childlessness and Womanhood. *Sociological Inquiry* 72: 7–20.
- Louro, G.L. 2007. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*: 201–218.
- Mansur, L.H.B. 2003. *Sem filhos: a mulher singular no plural*. Casa do Psicólogo, São Paulo, 167p.
- Martins, A.P.V. 2005. HISTÓRIA DA MATERNIDADE NO BRASIL: ARQUIVOS, FONTES E POSSIBILIDADES. *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*: 1–9.
- Massi, M. 1992. *Vida de mulheres: cotidiano e imaginário*. Imago Editora, Rio de Janeiro, 226p.
- Meyer, D.E. 2007. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. *Movimento (ESEFID/UFRGS)* 9: 33–58.
- Mills, M.; Mencarini, L.; Tanturri, M.L.; Begall, K. 2008. Gender equity and fertility intentions in Italy and the Netherlands. *Demographic Research* 18: 1–26.
- Moraes, J.; Féres-Carneiro, T. 2022. Maternidade Contemporânea: motivações de mulheres sem filhos. *Contextos Clínicos* 15: 73–97.
- Moura, S.M.S.R. de; Araújo, M. de F. 2004. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: Ciência e Profissão* 24: 44–55.
- Neves, N.M.S.; Lopes, G.D.C. 2019. Reprodução, Partos, Maternidades e Paternidades: Perspectivas Contemporâneas em Antropologia e Saúde. *Cadernos de Gênero e Diversidade* 5: 1–11.
- O'Reilly, A. 2013. "It Saved My Life": The National Association of Mothers' Centres, Matricentric Pedagogy and Maternal Empowerment. *Journal of the Motherhood Initiative* 4: 185–209.
- Papalia, D.; Olds, S.W.; Feldman, R.D. 2006. *Desenvolvimento Humano*. In: Bueno, D. (Org.) 8º ed Artmed, Porto Alegre, 868p.

- Patias, N.D.; Buaes, C.S. 2012. “Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade* 24: 300–306.
- Petrini, J.C. 2005. Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. *Memorandum* 8: 20–37.
- Pires, A.S.R. 2008. *ESTUDO DA CONJUGALIDADE E DA PARENTALIDADE ATRAVÉS DA SATISFAÇÃO CONJUGAL E DA ALIANÇA PARENTAL*. Universidade de Lisboa, 83p.
- Pratta, E.M.M.; dos Santos, M.A. 2007. Família e adolescência: A influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo* 12: 247–256.
- Del Priore, M. 2009. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2º ed UNESP, São Paulo, 304p.
- Rios, M.G.; Gomes, I.C. 2009. Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. *Estudos de Psicologia (Campinas)* 26: 215–225.
- Rocha-Coutinho, M.L. 1994. *Tecendo por trás dos panos : a mulher brasileira nas relações familiares*. Rocco, Rio de Janeiro, 249p.
- Rubin, G. 1993. *O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo*. SOS Corpo, Recife, 1–32p.
- Scavone, L. 2001a. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu*: 137–150.
- Scavone, L. 2001b. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* 5: 47–60.
- Scott, J. 2017. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade* 20.
- Silva, C.V. da. 2017. *HISTÓRIAS DE UTILIZAÇÃO DE PÍLULAS ANTICONCEPCIONAIS NO BRASIL, NA DÉCADA DE 1960*. Fundação Oswaldo Cruz, 187p.
- Souza, A.L. de F. 2018. “Deixem as Mulheres que não Querem Filhos em Paz”: a Questão Materna nas narrativas produzidas por mulheres em ambientes online. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*: 1–15.
- Souza, A.L. de F. 2019. “Me deixem decidir se quero ou não ser mãe!”: narrativas pessoais de mulheres sobre a maternidade nas mídias sociais. Universidade Federal Fluminense, 216p.
- Souza, D.B.L. de; Ferreira, M.C. 2005. Auto-estima pessoal e coletiva em mães e não-mães. *Psicologia em Estudo* 10: 19–25.
- Trindade, Z.A.; Enumo, S.R.F. 2002. Triste e Incompleta: Uma Visão Feminina da Mulher Infértil. *Psicologia USP* 13: 151–182.
- UFJF. 2014. *Geração NoMo: A rebelião das mulheres que não contemplam a maternidade*. Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais. (<https://www.ufjf.br/ladem/2014/08/30/geracao-nomo-a-rebeliao-das-mulheres-que-nao-contemplam-a-maternidade-2/>). Accessed on 05 abr. 2022.
- Vargas, E.P.; Moás, L. da C. 2010. Discursos normativos sobre o desejo de ter filhos. *Revista de Saúde Pública* 44: 758–762.
- Woodward, K. 2003. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Editora Vozes, Petrópolis, p.7–72.